

CARTA DAS EDITORES CONVIDADAS

JULIANA NUNES RODRIGUES¹ (POS GEO-UFF) e
ROBERTA RODRIGUES MARQUES DA SILVA² (PPGCP-UNIRIO)

Este número da *Desenvolvimento em Debate* (INCT-PPED) apresenta o dossiê temático *Desigualdades e Desenvolvimento*. O tema do desenvolvimento tem ocupado o debate da grande área de Ciências Sociais no Brasil e na América Latina há quase um século, buscando elucidar trajetórias, estratégias e atores envolvidos na busca pela transformação produtiva, no sentido da industrialização e da geração de bem estar. No Brasil, desenvolvimento e desenvolvimentismo – a ideologia por trás do projeto (Fonseca, 2014) – foram buscados por diferentes governos durante regimes autoritários e democráticos, mas acabaram sendo duramente impactados pela emergência de um consenso neoliberal, que chegou tardiamente no país na década de 1990. Mesmo ainda assim, no alvorecer do século XXI, o termo desenvolvimentismo ganhou novas roupagens, como “novo desenvolvimentismo” e “social desenvolvimentismo” (Bastos, 2012), quando governos da chamada “onda rosa” trouxeram ao poder governos de esquerda e centro-esquerda na região (Silva, 2018).

Em um contexto democrático, a inédita ascensão de governos progressistas trouxe para o centro das preocupações um dos principais problemas históricos das sociedades latino-americanas: o combate às desigualdades sociais, expressos em termos de classe, raça e gênero, mas também agudamente refletidos em termos territoriais. Esta agenda, porém, se viu afetada por interesses enraizados no jogo político – o “andar de cima” favorecido pelas desigualdades históricas –, bem como pelo contínuo espraiamento do neoliberalismo como *ethos* compartilhado na sociedade (Brown, 2019). A recessão democrática que varreu a onda rosa (Silva, 2018) e os profundos efeitos da pandemia da Covid-19, bem como o avanço global da inflação – com impacto mais profundo na América Latina – minaram os ganhos produzidos nos anos anteriores, e fizeram emergir, mais uma vez, a face perversa de sociedades profundamente desiguais.

Para as ciências sociais, democracia e desigualdades se tornam temas inescapáveis para o adequado tratamento da questão do desenvolvimento. Buscando contribuir para este debate, em perspectiva interdisciplinar, este dossiê reúne pesquisadores

1 Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)



que abordam a questão das desigualdades e do desenvolvimento a partir da Geografia, da Economia, da Sociologia e da Ciência Política. Instituições e atores, permeados por ideias e interesses específicos, são mobilizados para explicar as trajetórias de desenvolvimento e o combate às desigualdades nas suas diferentes expressões.

O artigo que abre o dossiê, “Às custas da classe média”? Uma análise sobre a redução da desigualdade no Brasil (2001-2015)”, é assinado por Igor Fois Abramof, Celia Lessa Kerstenetzky, Daniel Gonçalves Mano, Marcela Nogueira Ferrario. É testada a hipótese que o processo de redução das desigualdades sociais no Brasil no começo do século XXI implicaram na compressão da classe média. Para proceder à análise, o artigo combina um estudo sociológico e métodos quantitativos. Primeiro, se debruça sobre os aspectos econômicos e sociológicos por trás do termo “classe média”. Posteriormente, recorre a uma análise quantitativa, reunindo dados da PNAD Contínua 2001-2005 para avaliar o desempenho do estrato intermediário de renda por meio do teste de variáveis econômicas e sociológicas, como renda, escolaridade e profissões de prestígio. O estrato intermediário é definido como os “40% do meio”, entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos. Conclui-se que este é um estrato heterogêneo, que não pode ser definido como classe média, à exceção do vigésimo superior. Portanto, não se observa neste estrato a existência de uma “classe média perdedora”.

O segundo artigo, “Hidrelétricas Compensam? Uma análise do caso da UHE Irapé em Minas Gerais”, de autoria de Pedro de Carvalho Costa e Flávia Maria Galizoni, se volta para a análise dos legados deixados pela usina de Irapé nos municípios impactados pela sua construção, focalizando os repasses de compensação financeiras e o ICMS. A construção de usinas hidrelétricas é um caso paradigmático no debate sobre desigualdades e desenvolvimento. Os custos socioambientais da construção de usinas são concentrados, geralmente em regiões marcadas pela pobreza. Por outro lado, seus benefícios, embora difusos, favorecem desproporcionalmente setores econômicos eletrointensivos. Os autores identificam um problema adicional: as compensações financeiras e os benefícios fiscais são destinados às prefeituras dos municípios atingidos, não havendo condicionantes quanto aos seus destinatários finais. Costa e Galizoni indicam que há pouca transparência quanto ao atendimento das comunidades diretamente atingidas pela barragem da UHE Irapé por meio dos mecanismos compensatórios vigentes, concluindo que o legado deixado pela construção da usina é irrisório.

Na sequência, o artigo “Desenvolvimentismo no Nordeste: efeitos socioeconômicos das políticas públicas dos governos progressistas (2003-2016). Os casos do PAC e do PBF”, é assinado por Danielly Caroliny de Andrade Silva, João Policarpo Rodrigues Lima e Ana Monteiro Costa. Os autores recuperam o debate sobre o desenvolvimentismo – em sua versão histórica e atualizada, “neo” ou “social” desenvolvimentista – para analisar como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram mobilizados pelos governos progressistas para o combate às desigualdades regionais, com foco na Região Nordeste. Os autores consideram

que estes programas apresentaram impactos positivos, com a redução da pobreza o aumento do número de matrículas nas escolas, atribuídos ao PBF, e a obra de transposição do Rio São Francisco, pertencente à carteira do PAC. Destacam que o PBF e o PAC se incluem no rol de programas que buscam combinar desenvolvimento e redistribuição, feito inédito na trajetória histórica brasileira.

O quarto artigo que compõe o dossiê, “Desenvolvimento e desigualdades regionais: uma análise a partir da população brasileira adulta com educação superior completa” é de autoria de Andre de Holanda Padilha Vieira, Carolina Zuccarelli e Gabriela Honorato. Os autores discutem os impactos das políticas de expansão e interiorização da educação superior no Brasil sobre as desigualdades inter e inter-regionais de acesso ao diploma. À luz da Teoria do Capital Humano, os autores fazem uma análise descritiva “das desigualdades de sexo, raça/cor, renda domiciliar per capita e área do domicílio entre as grandes regiões de 2012 a 2019”, recorrendo aos dados extraídos da Pnad Contínua Anual. Observa-se o aumento da presença de mulheres e negros no contingente da população adulta com diploma de nível superior, um indício do sucesso da política de expansão do ensino superior sobre as desigualdades de raça e gênero. No entanto, destaca-se que esta observação deve ser matizada, pois a literatura aponta para a concentração de mulheres e negros em áreas de formação com menores retornos em termos de posição profissional. No que diz respeito às desigualdades entre capitais e interior, os autores observam a desigualdade crescente no acesso à educação superior, em amplo favor às populações das capitais. Além disso, ao combinarem as variáveis sexo, cor e renda e local de residência, observam a persistência do padrão histórico de desigualdade: “homens brancos, de renda domiciliar elevada e residentes em capitais [apresentam], via de regra, a maior proporção de conclusão da educação superior em todas as regiões”. Assim, concluem que os resultados da expansão da educação superior nos anos 2010 foram ambíguos, havendo, por um lado, o incremento no número total de matrículas e a ampliação do acesso de mulheres e negros ao ensino superior, mas com a persistência dos padrões históricos de desigualdade de gênero, raça e classe no acesso a carreiras de maior prestígio.

Na sequência, Guillermo V. Alonso e Valentina Suárez Baldo analisam as trajetórias institucionais dos sistemas de saúde no Brasil e na Argentina após a redemocratização, em “Un clásico latinoamericano: políticas sin capacidades. Las reformas de salud en Argentina y Brasil durante la década de 1990”. Os autores observam a manutenção de um modelo *bismarckiano*, segmentado, como eixo orientador da ordenação do sistema de saúde argentino, com a adoção de reformas pró-descentralização nos anos 1990. No Brasil, intentou-se superar o modelo *bismarckiano* com a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, de caráter universal, durante o processo de redemocratização. No entanto, a coexistência deste com um sistema de seguros privados limitou o caráter universal do sistema público. Além disso, o SUS enfrentou graves problemas de subfinanciamento no momento inicial da sua trajetória, quando se levavam a cabo as ações de descentralização das políticas de saúde. Assim,

embora à primeira vista os modelos sejam distintos, ambos enfrentaram problemas associados às debilidades nas capacidades administrativas (especialmente no caso argentino) e fiscal (particularmente no caso brasileiro). Ao mesmo tempo, foi mantida a segmentação no setor de saúde, com escassa regulamentação da operação do setor privado.

No artigo subsequente, Rosane Cristina Feu retoma uma discussão teórica acerca da descentralização a fim de realizar uma análise dos conselhos escola – comunidade (CECs), em Niterói (RJ). A autora analisa as possibilidades de controle social, gestão democrática e *accountability* nas escolas, tendo como base a realização de entrevistas e a aplicação de questionários dirigidos aos conselheiros, bem como análise de atas e processos de prestação de contas de onze conselhos de escolas municipais em Niterói (RJ). Buscou-se analisar as possibilidades da participação e do controle social nos processos decisórios sobre o uso dos recursos públicos e da *accountability* pública. Nas conclusões, afirma-se que o funcionamento dos conselhos apresenta diferenças em relação ao controle social, à gestão democrática da escola e à *accountability*, nas distintas escolas analisadas, associadas a componentes locais. Não se chega a constatar vínculos diretos entre o exercício do controle social e a eficácia na educação. No entanto, embora se reconheça que a atuação dos CEC é limitada, no sentido de não disporem de autonomia para formular e coordenar a política de educação, considera-se que a sua importância está justamente em “dar sentido local – de acordo com o que a escola e a comunidade julgam prioritário e essencial – aos recursos recebidos e, conseqüentemente, à própria política”. Por fim, assinala-se que uma gestão mais participativa, e que fomente maior controle da população sobre os recursos públicos são valiosos por si mesmos.

Completam o presente volume dois artigos. O primeiro, “Cooperativismos: pluralidade do modelo organizacional brasileiro”, de Jean Carlos Mendes da Rocha e Luis Miguel Luzio-dos-Santos analisa o cooperativismo brasileiro à luz da sua pluralidade organizacional. Em uma pesquisa qualitativa de quatro cooperativas do Estado de Paraná, os autores afirmam que sob o mesmo “guarda-chuva” conceitual se expressam distintas e até conflitantes formas de atuação, o que fica particularmente evidenciado ao se analisar as relações de poder e as formas de participação. Assim, concluem que apesar das cooperativas analisadas fazerem parte do mesmo marco jurídico-conceitual, as diferenças entre elas são significativas e até conflitantes, o que demonstra a pertinência do debate e o esforço em propor uma categorização capaz de acolher a heterogeneidade do setor.

A seguir, Maria Elizabeth de Oliveira, Marta de Azevedo Irving, Marcelo Augusto Gurguel de Lima e Graciella Faico Ferreira, autores do artigo “A Meta 11 de Aichi da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): Avanços e retrocessos em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil, à luz da cobertura jornalística”, apresentam uma análise do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, no qual se inserem 20 Metas de Aichi. Partindo desses antecedentes, o artigo examina criticamente, avanços e retrocessos em políticas públicas no Brasil, com relação à Meta 11, dirigida

às áreas protegidas, por meio da cobertura jornalística, entre 2017 e 2018, período que os autores consideram paradigmático por causa da de transição política que leva a um ponto de inflexão na pauta socioambiental. A análise mostra alguns avanços, mas o maior peso de retrocessos, riscos e incertezas da agenda ambiental.

Boa leitura!

Referências

BASTOS, P. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., pp. 779-810, dez. 2012.

BROWN, W. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

FONSECA P. et al. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Ipea – Texto para Discussão*, n. 2103, Rio de Janeiro, Brasília, jul. 2015.

SILVA, F. P. O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, pp. 165-178, 2018.

